

Sonegadores e corruptos podem pegar cinco anos

SÃO PAULO

O deputado federal Messias Góis, os governadores Joaquim Roriz, Edison Lobão e João Alves Filho e os ex-ministros Henrique Hargreaves, Carlos Chiarelli e Margarida Procópio, que devem ser investigados por recomendação do relator da CPI da máfia do Orçamento, deputado Roberto Magalhães, correm o risco de ir para a prisão, se ficar comprovado sua culpa. Nos casos de sonegação fiscal, as penas previstas atingem de um a cinco anos de prisão. Já para os crimes de corrupção, o Código Penal prevê de um a cinco anos de reclusão.

Segundo o jurista Márcio Thomaz Bastos, caberá à Justiça decidir se o Ministério Público poderá executar as investigações dos citados na lista por Roberto Magalhães. Caso sejam apuradas irregularidades, o Ministério Públíco terá de solicitar autorização para abertura de inquéritos, em função dos cargos que eles ocupam e ocuparam.

E um procedimento seme-



lhante ao adotado com o ex-presidente Collor. No caso dos governadores, o foro é o Superior Tribunal de Justiça e o dos parlamentares e ex-ministros é o Supremo Tribunal Federal — afirmou o jurista.

O relatório da CPI também sugeriu o encaminhamento para o Ministério Públíco de um grupo de pessoas que não têm foro privilegiado e se tivessem alguma responsabilidade restará apenas a contratação de bons advogados. Marinalva Soares da Silva, que entrou na CPI acusando seu ex-marido, o deputado Manoel Moreira (PMDB- SP), acabou citada no relatório, tendo o seu caso encaminhado ao Ministério Públíco “ante a constatação de práticas que sejam aptas à caracterização de ilícitos civis e penais”. O mesmo procedimento foi adotado em relação a Ailton Reis, diretor da Norberto Odebrecht, o lobista Normando Leite Cavalcanti e o ex-secretário de saneamento do Ministério da Ação Social Walter Annicchino.

O resultado da CPI da máfia do Orçamento, depois de avaliado pelo Congresso, deverá ser encaminhado à Procuradoria Geral da República.